

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES E OS IMPASSES DO DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO BRASILEIRO ENTRE OS ANOS 1970 E 1980

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES AND THE DEADLOCKS TO BRAZILIAN ECONOMIC DEVELOPMENT IN THE 1970s AND 1980s

Glaudionor Gomes Barbosa¹

André Luiz de Miranda Martins²

Resumo: Este artigo apresenta, a partir de pesquisa bibliográfica, aspectos do pensamento da economista acadêmica Maria da Conceição Tavares, recuperando a sua formação e a sua trajetória dos anos 1970 à década de 1980 (a crise do financiamento externo, de 1981 a 1983), em que a política econômica pós-autoritarismo enfrentaria o duplo rompimento dos padrões de crescimento e de financiamento da economia brasileira. Central no pensamento de Conceição Tavares é a sua concepção de instabilidade do sistema econômico capitalista, desde a perspectiva setorial kaleckiana, que aplica à análise do desenvolvimento econômico brasileiro, em certa medida contraposta ao “estagnacionismo” furtadiano. Além da macroeconomia kaleckiana, outras referências centrais de Conceição Tavares são Marx e Keynes, assim como Schumpeter e Steindl, autores que lhe forneceram a base analítica microdinâmica das condições de oligopolização das estruturas industriais (e de como essa oligopolização se processaria no Brasil). Destaque-se sua análise do II PND como estratégia insuficiente para resolver a crise, posto o investimento governamental seria incapaz de resolver as restrições impostas à economia brasileira. O principal entrave residia no hiato entre o investimento ou acumulação de capital no setor das indústrias pesadas e o resultado na realização dinâmica. Os anos 1980, de aceleração e aprofundamento da desregulamentação e da liberalização dos mercados financeiros, trouxeram drásticos cortes do financiamento exterior, com a renovação das dívidas sob estrita vigilância de instituições multilaterais, à frente o Fundo Monetário Internacional (FMI). Segundo a autora, a prolongada extroversão financeira da economia brasileira resultaria na capitulação da soberania nacional ao FMI.

Palavras-chave: Tavares, Maria da Conceição. Desenvolvimento. II PND. Acumulação.

¹ Doutor em Ciências Sociais - Professor adjunto, CAA/UFPE

² Doutor em Economia - Professor associado, CAA/UFPE

Abstract: This article presents, based on bibliographical research, aspects of the thought of academic economist Maria da Conceição Tavares, recovering her training and her trajectory from the 1970s to the 1980s (the external financing crisis, 1981 to 1983), in which the post-authoritarian economic policy would face the double disruption of the patterns of growth and financing of the Brazilian economy. Central to Conceição Tavares' thought is her conception of instability of the capitalist economic system, from the Kaleckian sectoral perspective, which she applies to the analysis of Brazilian economic development, in some measure opposed to Furtadian “stagnation”. In addition to Kaleckian macroeconomics, other central references of Conceição Tavares are Marx and Keynes and Schumpeter and Steindl, authors who provided him with the micro-dynamic analytical basis of the conditions oligopolyzation of industrial structures (and how this oligopolyzation would take place in Brazil). His analysis of the II PND should be highlighted as an insufficient strategy to resolve the crisis since government investment would be unable to resolve the restrictions imposed on the Brazilian economy. The main obstacle was the gap between investment or capital accumulation in the heavy industry sector and dynamic realization. The 1980s, of acceleration and deepening of deregulation and liberalization of financial markets, brought drastic cuts in foreign financing, with the renewal of debts under the strict supervision of multilateral institutions, ahead of the International Monetary Fund (IMF). According to the author, the prolonged financial extroversion of the Brazilian economy would surrender national sovereignty to the IMF.

Keywords: Tavares, Maria da Conceição; development; II PND; accumulation;

Introdução

Em carta endereçada a Celso Furtado, datada de 1971, desde Santiago do Chile, Maria da Conceição Tavares afirmava, referindo-se às discussões travadas com o mestre – “o acicate principal que me levou a levantar o problema da estagnação que escrevi a quatro mãos com o [José] Serra, e a tentar esclarecer alguns pontos (...) do problema do dinamismo recente da economia brasileira”³ – que segundo se dizia, “uma mulher para ficar verdadeiramente adulta tem que ‘matar’ a mãe. Para uma pobre aprendiz de intelectual, parece ser condição de avanço tentar ‘matar’ o mestre” (apud Furtado, 2021, p. 212). Ao que responderia, desde o exílio em Paris, o mestre

³ O artigo em questão é, possivelmente, “Más allá del estacamiento” [Além da estagnação], de 1971, em coautoria com José Serra (Tavares e Serra, 1971). A autora parece referir-se à versão ainda inédita, ou já submetida para publicação (no caso em *El Trimestre Económico*), visto que a troca de correspondência data de março a julho de 1971, enquanto que a divulgação/publicação do arti só se daria em novembro daquele ano.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Furtado (sendo Aníbal Pinto o outro “pai” intelectual da semifreudiana Maria da Conceição): “não se preocupe, pois você nunca não teve mestre entre os vivos. Você é mulher de uma só paixão e aquele que a mereceu vem há um século resistindo a todas as provas de parricídio...” (Furtado, op. cit., p. 214).

Aqui é evidente a referência a Marx como “pai totêmico”. Referência correta e ademais reveladora da sofisticação da Professora, que sofisticadamente reunia, a Steindl, “o velho Hilferding” e “os ‘velhos’ Marx, Rosa [Luxemburgo] e Kalecki” na busca de inspiração e “maior rigor analítico para descrever melhor o fenômeno de acumulação, concentração e centralização do capital em regime oligopólico, que espero poder ‘adaptar’ ao caso do desenvolvimento desigual e combinado [brasileiro]” (apud Furtado, 2021, p. 215), como afirmava, na continuação da correspondência com Furtado, em que, arrematando, reconhecia estar envergonhada pelas críticas ao mestre (“o ainda vivo”), mas que, por não convencida, permanecia com a impressão de “de que você [Furtado] com sua ênfase no subdesenvolvimento e na ‘estrutura’, não esclareceu bem a questão do ‘movimento’, ou seja, do caráter dialético da tendência à estagnação” (ibid).

Agora bem, feita como foi embalada por uma certa ironia, a referência de Furtado a Marx e à tradição econômica marxista como grandes referências teóricas de Maria da Conceição é também reveladora de suas diferenças, no campo teórico, com aquele que era, então, o maior economista brasileiro (o título só se confirmaria ao longo do século, encerrando-o incontestemente).

As diferenças se estendem a estilos de atuação e traços de personalidade, mais combativos, não raros explosivos na Professora, destoando da fleuma e da racionalidade sertanejas furtadianas. Por motivos alheios à vontade do mestre, ele não pode lecionar, no Brasil, tão seguidamente quanto a mestra, que efetivamente seria a responsável pela formação de gerações de economistas e cientistas sociais, na Unicamp e na UFRJ. Nada, no entanto, que comprometesse a base histórico-estruturalista em que ambos se assentavam, e os valores republicanos professados por ambos em todos os momentos de suas vidas públicas.

O propósito deste artigo é, a partir de pesquisa bibliográfica, apresentar aspectos do pensamento da economista acadêmica Maria da Conceição de Almeida Tavares (Conceição Tavares, doravante), recuperando a sua formação e a sua trajetória dos megalomaniacos anos 1970 ao turbulento início da década de 1980, em que a política econômica pós-autoritarismo enfrentaria o duplo rompimento dos padrões de crescimento e de financiamento da economia brasileira.

A captura desse momento formativo de Conceição Tavares envolverá, na primeira seção, um enquadramento das ideias da Professora entre os anos 1970 e 1980. Em seguida, na segunda e terceira seções, será examinada a trajetória da economia brasileira na década de 1970 e na crise do

financiamento externo, entre 1979 e 1983. Na sequência dessas seções serão esboçadas algumas considerações de caráter conclusivo.

1. Avanços na compreensão dos limites postos ao desenvolvimento no Brasil: os benefícios do rigor teórico (dos anos 1970 aos anos 1980)

Um breve itinerário biográfico-formativo: emigra para o Rio de Janeiro em 1954, quando contava com 24 anos incompletos, a jovem matemática portuguesa – que não teve o seu diploma revalidado pelo Acordo Luso-Brasileiro então vigente... – ingressaria em 1957 na Faculdade de Ciências Econômicas da Universidade do Brasil. No mesmo ano seria contratada pelo Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE). Anteriormente trabalhara como técnica estatística concursada no Instituto Nacional de Imigração. Naqueles anos a economia do desenvolvimento, de evidente inspiração cepalina, era uma bossa nova ante as ortodoxias ainda prevalentes na academia. O que contribuiria para uma formação eclética, além de densa, de Conceição Tavares:

no trabalho no BNDE e na Faculdade, enveredou pelos caminhos da Economia. No banco, a questão agrícola, a lei do capital estrangeiro, as reformas econômicas agitavam o ambiente intelectual institucional, e os ensinamentos de Celso Furtado, Inácio Rangel e Juvenal Osório a estimulavam. Na Praia Vermelha [onde estava a Faculdade], com as aulas do Professor Octávio Gouveia de Bulhões, aprendia os clássicos da Economia (...). Seguramente, a matemática abriu-lhe as portas da docência, porque este mestre [Bulhões] logo a convidou para ser sua assistente na disciplina. Recomendando a leitura de todos os clássicos: “Comece com Smith, segue com Ricardo, depois o Marx, Böhm-Bawerk, Vicksell”. Ele só não gostava do Keynes (...). Também foi aluna na graduação de Roberto Campos e Eugênio Gudin, intelectuais e gestores públicos dos mais influentes naqueles anos (...). A virada, segundo ela, foi a leitura do livro *Formação Econômica do Brasil*, de Celso Furtado, em 1959, e o debate sobre inflação, com destaque para os ensinamentos de Ignácio Rangel, no BNDE, que incendiaram sua cabeça. De um lado, Roberto Campos e Bulhões posicionados no campo monetarista, contra Celso Furtado, Raúl Prebisch e os demais estruturalistas da Cepal. (Melo e Costa, 2019, p. 45-46)

A trajetória da jovem economista em entre 1960 e meados dos anos 1970 seria pautada entre o trabalho na Cepal (Cepal-BNDE entre 1961 e 1964; Cepal-Ilpes entre 1968 e 1971) e a atividade docente (FGV entre 1965 e 1968; CIDE-Universidade Autônoma do México em 1973). A partir de 1975, de volta ao Brasil, prioriza o trabalho docente, ajudando a organizar as pós-graduações em Economia no Instituto de Economia da Unicamp e na UFRJ.

Destaca-se como um dos aspectos centrais do pensamento de Conceição Tavares, a sua concepção de instabilidade do sistema econômico capitalista, que desde a perspectiva setorial kaleckiana (DI, DII, DIII), não tende à estagnação, senão oscila, expandindo-se e contraindo-se ciclicamente – concepção que aplica à análise do desenvolvimento econômico brasileiro, em certa

medida contraposta ao “estagnacionismo” furtadiano. Etapas importantes da construção dessa concepção são a sua tese de livre-docência, *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*, de 1974 (Tavares, 1998a), e *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*, de 1978 (Tavares, 1998a), apresentada à UFRJ como tese de professora titular (de macroeconomia, na vaga de Octávio Gouveia de Bulhões). De uma tese à outra, define-se a visão da autora sobre o caráter cíclico da dinâmica industrial brasileira.

Na periodização do seu pensamento, proposta por Costa (2019) a partir da revisão de Andrade e Silva (2009), Bielschowsky (2010) e Robilloti (2016), tem-se que os anos 1980 serão, para a autora, fase de aprofundamento teórico, marcada por seu rompimento com o núcleo da abordagem cepalina – sua “autosubversão da própria ideia de ‘estrangulamento externo’” (Bielschowsky, apud Costa, op.cit., p. 23), pelo que passa a privilegiar analiticamente os processos endógenos da acumulação de capital, expressos nas alterações da estrutura produtiva. Importantes nessa revisão, iniciada já em Tavares (1998a), serão os esquemas setoriais de Kalecki, aplicados ao entendimento das economias capitalistas de industrialização retardatária.

Em sua visão crítica à ideia de estagnação, [Tavares] reconhece o consumo conspícuo ter relevância como estímulo à acumulação de capital e ao mercado interno de países com distribuição desigual da renda – e não como um impedimento a ambos (...). Desta forma, há um deslocamento da análise: a ênfase, no pensamento de Conceição Tavares, recairá sobre *os limites nas decisões de investimento sem autonomia financeira e tecnológica*. A economista desenvolverá a ideia de a distribuição de renda ser exógena ao processo de acumulação, isto é, determinada pelo quadro político-sindical. A economia brasileira cresce puxada pelo efeito acelerador do investimento e multiplicador da renda, concentrada por razões político-institucionais na expansão do consumo das classes mais altas. (Costa, op. cit., p. 17; itálico no original)

Se considerada a demarcação de Andrade e Silva (2009), autores que enfatizam os contextos institucionais-universitários em que se deram as elaborações e revisões teóricas de Conceição Tavares, ter-se-á que na década de 1980 o pensamento da autora transita da “fase da Unicamp” à “fase da UFRJ”. A bem da verdade, aqui Unicamp e UFRJ podem-se considerar em sua unidade de instâncias de formulações teóricas e formação acadêmica: as aulas, as pesquisas, os debates e as teses orientadas em ambas as instituições superiores reforçaram a discussão tematizada, desde os anos 1970, a partir de Marx, Keynes e Kalecki, mas também de Schumpeter e Steindl, com esses dois últimos autores lhe acrescentando, à sua elegante macroeconomia de base kaleckiana, os fundamentos analíticos microdinâmicos das condições de oligopolização das estruturas industriais (e de como essa oligopolização se processaria no Brasil).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

É à base desse ferramental teórico robusto que a Professora assinaria, ao longo dos anos 1980, diversos *artigos de intervenção*, que majoritariamente caracterizam a sua produção acadêmica nessa década – tais como Tavares e Souza (1981) e Tavares e Belluzzo (1986) – no debate suscitado pelas transformações econômicas do período. Dentre esses, vale o destaque a “O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente”, publicado originalmente em 1979 nos *Cadernos de Opinião*, influente periódico organizado por Fernando Gasparian.

Neste artigo, Conceição Tavares aponta as condições crescentemente dificultosas de financiamento do déficit em transações correntes da economia brasileira, prenunciando a crise do endividamento externo que sobreviria em dois, três anos; identifica como insuficiente a sustentação da taxa de investimento pelo setor produtivo estatal (ante a retração do investimento direto do setor público e o desinvestimento do setor privado); e identifica os mecanismos de aceleração inflacionária: a famosa “ciranda financeira”, ou os ganhos financeiros possibilitados por operações com títulos públicos, e que efetivamente corroeriam a economia salarial brasileira. Nele há uma das formulações mais bem elaboradas da autora sobre “a função financeira do Estado” e as diversas etapas evolutivas do capital financeiro no processo de acumulação capitalista – da qual se reproduz um trecho, a seguir:

Não há dúvida de que a função de aglutinação e estão de grandes massas de recursos financeiros foi desenvolvida pelo Estado através de seus fundos, programas e agências financeiras; entretanto, as instituições financeiras públicas cumprem apenas o lado *passivo* da função financeira, isto é, aportar massas de capital sob diversas formas, inclusive a de crédito subsidiado. Ou seja, o sistema financeiro público não participa como sujeito do processo de monopolização do capital, que lhe é exterior. Em outras palavras, são instituições que prestam apoio e suporte ao processo do monopolização engendrado pelo enfrentamento dinâmico dos blocos de capital, mas não participam desse processo na qualidade de capital financeiro autônomo que busca centralizar sob seu comando e seu controle acionário os capitais que concentra como capital próprio (...). É exatamente por isso que o Estado apenas “cumpre o papel” do capital financeiro mas não realiza, nesse ato, a constituição efetiva do capital financeiro como agente ativo do processo de centralização do capital. (Tavares, 2012, p. 251; itálico no original)

2. Um sobrevoo sobre os anos 1970 ou o “sonho da grande potência”

Os anos setenta do século XX no Brasil admitem a seguinte periodização: de 1970 até 1973, como continuidade do chamado “milagre econômico” brasileiro e a fase de 1974 a 1979 de crises e reajustamentos. Isto porque durante toda a “década” de 1961 e até 1973 o mercado financeiro internacional permaneceu em um nível de alta liquidez. Tratava-se de um mercado tipicamente de oferta, onde os emprestadores procuravam governos dos países periféricos oferecendo recursos financeiros com prazos alongados.

De 1964 em diante, com o Programa de Ação Econômica do Governo (PAEG), alie-se ao

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

financiamento abundante as outras condições essenciais de reorganização capitalista na periferia, a saber, destruição das entidades sindicais, e no caso da ditadura brasileira com destruição das próprias lideranças sindicais; repressão constante aos movimentos de massa e um Congresso Nacional domesticado para aprovar reformas, sempre denominadas de redução do custo-Brasil ou um termo assemelhado, mas que sirva para melhorar a relação de absorção da renda entre capital e trabalho e facilitar a exploração da força de trabalho.

Para Barbosa e Barbosa (2014) o grande problema dos governos militares foi o mesmo dos regimes populistas, ou seja, obtenção de recursos para manter o ritmo de acumulação e o controle inflacionário. O principal mecanismo utilizado para alcançar crescimento alto com baixa inflação foi o de intensificar o nível de exploração sobre a classe trabalhadora conjugado com o aumento da concentração de capital e conseqüente aumento da eficiência econômica. O prolongamento da jornada de trabalho, através das horas extras, deu aos trabalhadores a ilusão de aumento das rendas do trabalho assalariado (aumento nominal) associado à “democratização” de acesso ao mercado de trabalho de mulheres jovens e crianças.

Segundo Conceição Tavares, em reflexão mais contemporânea (Tavares, 2007), os anos 1970 situaram as economias em um vasto dilema. A economia capitalista mundial sofrera uma freada brusca, causada por dois motivos principais que, de forma diferenciada, atingiriam tanto o centro quanto a periferia capitalista, trazendo forte recessão e levando ao fim os “anos de ouro do capitalismo”. O primeiro motivo ocorre em 1971, quando os Estados Unidos mudam inteiramente o padrão monetário internacional firmado em Bretton Woods (*The Bretton Woods Conference, 1944*) frente ao enfraquecimento do dólar e do fracasso em conter a especulação cambial.

O segundo motivo diz respeito à geopolítica de uma área sempre explosiva, o Oriente Médio, durante a Guerra Árabe-Israelense, ou *Guerra do Ramadan*, onde o governo norte-americano apoiou fortemente ao Estado de Israel, o resultado foi a reação da OPEP de impor embargo aos países ocidentais com queda abrupta da oferta e elevação nos preços.

Nesse novo contexto internacional, parece que não restava outra opção à economia brasileira senão recorrer a um ajuste restritivo, tal como vinham fazendo as demais economias. Apesar do cenário geopolítico e geoeconômico francamente desfavorável, alguns fatores pesaram de modo decisivo a favor da manutenção da trajetória de crescimento da economia brasileira. Do ponto de vista externo, apesar do cenário pouco promissor, a expansão da liquidez internacional, sobretudo no mercado europeu, decorrente da abundância de petrodólares, abria novas possibilidades de financiamento externo e ensejava a continuidade do crescimento para superar os “gargalos” da economia do país. (Tavares, 2007, p. 160)

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

O melhor caminho para entender a gestação do II PND é acompanhar Tavares (2007) e perceber que a ditadura militar estava perdendo força na sociedade e não suportaria maiores entraves políticos de origens econômicas. Assim,

o governo previa dificuldades crescentes e um custo político alto caso se rendesse ao anseio de ajuste restritivo defendido pelo ministro da Fazenda, Mário Henrique Simonsen. Na contramão da crise mundial, contando com um novo ciclo de endividamento externo cujas condições eram, no curto prazo, aparentemente favoráveis, em razão dos juros baixos do mercado internacional, o governo brasileiro do general Ernesto Geisel lançou, em setembro de 1974, o II Plano Nacional de Desenvolvimento. (Tavares, 2007, p. 160)

A eleição presidencial do Gal. Ernesto Geisel ocorreria na inflexão do ciclo que produziu o “Milagre” (1968-1974). É importante compreender três elementos constituintes do ciclo, a saber: primeiro, no caso brasileiro, ele encerra um período de crescimento acelerado, mas de curta duração; segundo, a liquidez internacional aumenta rapidamente com o excesso de receitas do petróleo, o que permite uma nova recuperação de curto prazo com endividamento; e terceiro, a aparente solução de curto prazo, encobre uma crise estrutural que se arrasta até hoje.

O padrão de acumulação de capital, em grande medida herdado do período JK, se caracterizava pela posição subordinada do capital nacional no Departamento produtor de bens de capital e pela relação de “simbiose parasitária”⁴ entre o capital financeiro internacional e os diversos segmentos da economia brasileira. Já se discutiu em outras partes deste trabalho, que esta situação foi induzida e comandada pelo Estado brasileiro desde o Governo do Presidente Juscelino Kubitschek, entretanto os governos militares reforçaram estas tendências através da utilização de vários mecanismos, como a Resolução 63, O Decreto 55.762/65 e a Lei 4131.

Esses dispositivos legais facilitaram a tomada de créditos externos beneficiando as grandes empresas estrangeiras e suas associadas nacionais, através de diversos meios: (a) acesso ao crédito externo por empresas não financeiras; e (b) crédito para aplicação de curto prazo (capital de giro).

O objetivo estratégico mais importante do Segundo Plano Nacional de Desenvolvimento (II PND) era retomar a configuração do Plano de Metas. Articulando pacotes de investimentos estatais de forma a auxiliar o crescimento da indústria nacional de bens de capital. Frente à “anemia schumpeteriana” da burguesia nacional, o Estado proveria grandes investimentos em infraestrutura, incentivos e financiamento. Mas, há sempre “uma distância entre a intenção e o gesto”⁵. Ou, como dizia Keynes, “entre a taça e os lábios há vários percalços”. Na intenção de reconfigurar o Plano de Metas a taça se estilhaçou no chão.

Apesar das condições econômicas adversas no final de 1973, tanto no cenário interno quanto externo, os formuladores do plano justificavam sua adoção devido ao objetivo do

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

governo de obter um elevado crescimento econômico num país subdesenvolvido. “A estratégia de desenvolvimento é a sequência natural da que vinha sendo adotada no governo Médici, com as adaptações impostas pela nova ordem econômica mundial” (Simonsen, 1975, p.18). Portanto, para esses seria a continuidade dos governos anteriores, adaptada ao contexto de esgotamento da capacidade ociosa da indústria e o choque do petróleo. Assim, Mário Henrique Simonsen (1975) no início da implementação do plano, não vê nenhum problema na estratégia de combinar altas taxas de crescimento com equilíbrio do balanço de pagamentos e controle da inflação.

O governo do presidente Geisel iniciou-se no momento em que a crise do petróleo dobrava os índices de inflação mundial, provocava graves desequilíbrios no balanço de pagamentos e levava da prosperidade à depressão inúmeras economias desenvolvidas. As novas condições da economia mundial evidentemente exigiram do governo brasileiro uma série de respostas táticas, no sentido de conter em limites toleráveis as pressões inflacionárias e os desequilíbrios no balanço de pagamentos. (Simonsen, 1975, p.17-18)

Apesar de todo o entusiasmo com o crescimento proporcionado pelos investimentos do II PND, houve momentos em que as dificuldades externas mostravam sinais de comprometimento da adoção dessa conduta desenvolvimentista. Isso pode ser visto nos textos de Mário Henrique Simonsen:

O grande desafio para os próximos anos é o de conciliar a manutenção de altas taxas de crescimento do produto real, com relativo equilíbrio do balanço de pagamentos (...). a definição básica política brasileira é a de conseguir o maior crescimento possível do produto real que se mostrar compatível com as restrições do comércio externo. (Simonsen, 1974, p.14).

A segunda abordagem crítica ao II PND parte da constatação da impossibilidade do Plano para reverter a fase descendente do ciclo econômico a partir de 1973. Paul Singer e Conceição Tavares acreditam que a crise interna faz parte de uma reversão natural da economia, e por isso essa estratégia seria ineficaz combater essa restrição. No entanto, eles concordam com os defensores do II PND em um ponto: o problema era um modelo de crescimento que fosse sustentável e não completar o processo de substituição de importações. Isso porque só restava a substituição de bens de capital, cuja demanda era pequena e isoladamente não surtiria grande efeito para promover o desenvolvimento do país.

Da mesma forma, Conceição Tavares demonstra que a crise do setor de bens duráveis é um problema de demanda efetiva e do próprio ciclo dessa indústria, não tendo relação com a crise do petróleo.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

Assim o crescimento deste ramo de bens passa por períodos de flutuação acentuada a partir de 1974 com um resultado médio negativo para a indústria automobilística entre 74 e 77 que seria inexorável, independentemente da crise do petróleo. Esta, quando muito, pode ter agravado as tendências recessivas já em curso, mas não impediu que os consumidores preferenciais, sem racionamento, deixassem de renovar seus modelos. O problema está em que a demanda de reposição é insuficiente para manter o dinamismo do setor. (Tavares, 1998, p.99)

Portanto, é possível concluir que a estratégia que o II PND propõe é insuficiente para resolver a crise pelo qual o país passava, por vários motivos. O primeiro deles seria que somente o investimento feito pelo governo seria incapaz de resolver as restrições impostas à economia brasileira naquele momento.

não se pode tomar o investimento público como uma panaceia capaz de manter continuamente elevada taxa de crescimento da economia como um todo. Dependem principalmente dos investimentos privados nacionais e internacionais, que por sua vez estão condicionados a existência de taxas de retorno positivas do capital, ocorre que não se pode sustentar indefinidamente a capacidade crescendo à frente da demanda, assim o ciclo é inexorável. (Tavares, 1998, p.118-120)

Outro problema é que seriam necessários grandes volumes de investimento público a todo o momento para manter um elevado crescimento econômico durante todo o período.

O projeto público anunciado no II PND para manter o crescimento industrial da “substituição de importações” de bens de capital e de insumos pesados, tornou-se economicamente inviável mais pelo lado da realimentação dinâmica e das dificuldades de autofinanciamento interno do que por restrições da capacidade de importar. Por outro lado, a diminuição das importações de bens de capital que se verifica a partir de 1975 não se deve aos efeitos de uma possível “substituição de importações” nem mesmo a restrições impostas pela política de controle do comércio exterior. Deve-se sobretudo à desaceleração econômica e à queda sucessiva das taxas de investimento dos setores privados de material elétrico e de comunicações, têxtil, alimentar, material de transporte e química. (Tavares, 1998, p.122)

Assim, o problema maior não era a incapacidade absoluta de importar no sentido de propiciar as condições à acumulação de bens de capital e de outros meios de produção pesados e pelas fortes limitações do autofinanciamento interno. Como argumentou Singer (1976): “os efeitos práticos destas medidas, no entanto, só se farão sentir em alguns anos, pois resultam em investimentos de média e longa duração em setores de base” (Singer, 1976, p.80).

Apesar do forte crescimento da taxa de acumulação de capital nos setores de indústrias básicas, garantido em boa parte pelo setor público a dimensão relativa do setor de bens de capital é insuficiente para que, gerar “demanda autônoma” capaz de realimentar a sua própria demanda e a demanda conjunta de bens de produção. Assim não se pode gerar uma expansão da renda e do emprego capazes de assegurar um ritmo global de crescimento da produção industrial e da capacidade produtiva que se mantenham em equilíbrio dinâmico. Não é, portanto, por acaso que quanto mais se força o investimento produtivo na indústria pesada, mais se gera capacidade ociosa generalizada, isto é, um

potencial produtivo muito superior às possibilidades de realização dinâmica. (Tavares, 1998, p.99)

O principal entrave, segundo Conceição Tavares (1998b), seria um expressivo hiato entre o investimento ou acumulação de capital no setor das indústrias pesadas e o resultado na realização dinâmica, pois todo investimento novo aumenta a capacidade produtiva sem demanda respectiva. Finalizando com Tavares (1998b), o II PND não se mostraria eficaz para estancar a crise e acelerar uma nova fase de crescimento. E o que se desenhava para a economia brasileira assustaria a Professora.

3. Revertida a “magia”, passa-se do “sonho da grande potência” à “administração do caos”⁴: a economia brasileira entre 1979 e 1983

Cliente do financiamento externo que nos anos 1970 lhe garante o II PND, na década de 1980 a economia brasileira assiste à reversão abrupta desse fluxo de recursos, passando da queima de reservas, nos primeiros anos da década, à crescente transferência de recursos ao exterior, para pagamento da dívida externa. Na raiz dessa reversão de fluxos financeiros – e do “ajuste exportador”, ou gerador de divisas precipuamente para quitação de dívida – a que daria azo estavam o choque do petróleo de 1978 e principalmente as implicações da política monetária altista de juros dos EUA, reestabelecendo a “hegemonia do dólar” (Carneiro, 2002).

A década em que se aceleram e se aprofundam a desregulamentação e a liberalização dos mercados financeiros significou, para o Brasil e o conjunto das economias latino-americanas, um drástico corte de empréstimos externos, com a renovação das dívidas – ademais necessária, como única alternativa a um *default* geral das economias – a se fazer sob estrita vigilância e submissão aberta a instituições multilaterais, à frente o Fundo Monetário Internacional (FMI).

Talvez o indicador macroeconômico mais dramático do comprometimento de recursos a que rapidamente se submeteria a economia brasileira na década de 1980 seja o da composição do seu déficit em transações correntes. Este déficit esteve sob dupla pressão: do desequilíbrio da balança de pagamentos, pelo aumento dos preços do petróleo, e da alta de juros (em termos nominais e reais) continuada ao longo da década. Os efeitos dessa pressão foram mudanças expressivas na composição desse déficit já nos seus primeiros anos.

Trata-se da fase mencionada acima, de queima de reservas, qual seja, de 1979 a 1982, quando o déficit em transações reais reduz sua participação de cerca de 40% a pouco menos de 10%, com os juros se convertendo no seu principal componente: no mesmo interregno, passariam

⁴ Em Tavares e Assis (1986).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

de 51% em 1979 a cerca de 85% em 1981-1982 (Carneiro, op. cit.). A economia, no registro de Elio Gaspari, “estava presa num alicate. De um lado, a conta do petróleo arruinava o balanço de pagamentos. De outro, a taxa de juros obrigava o país a gastar mais no serviço da dívida para comprar coisa nenhuma” (Gaspari, 2016, p. 154).

Nos primeiros anos da década de 1980, a punção externa e o conseqüente abandono de qualquer objetivo de política econômica que não girasse em torno da busca do equilíbrio externo – refinanciamento da dívida contraída, a, no limite, qualquer custo econômico-social – levariam a um recuo do produto a taxas suficientemente expressivas para que se argumentasse pelo fim de um padrão de crescimento da economia brasileira vigente havia quase duas décadas. Merece destaque a análise de Conceição Tavares da capitulação ao FMI em 1983 – ou seja, capitulação da política econômica à “ordem jurídica que recria continuamente as condições estabelecidas em favor dos grandes bancos e das economias dominantes do capitalismo”:

[O] Fundo conquistou a confiança da comunidade financeira ao longo de mais de três décadas em que aperfeiçoou, sob diferentes climas políticos e sem concessões, um modelo básico de ajustamento de economias em desequilíbrio externo mediante políticas de cerrada disciplina monetária e fiscal (...). Para o governo brasileiro, submeter-se ao Fundo significou buscar o aval indispensável para se apresentar à comunidade bancária internacional que detinha a chave da solução do problema principal: a rolagem da dívida externa. A única alternativa política, que poderia ter sido a preparação de uma ruptura que tornasse convincente uma ameaça de moratória, foi descartada desde o início pelo pavor que regime democrático nutria por soluções que envolvessem uma redefinição dos destinos nacionais com o respaldo amplo da opinião pública, e que, indiretamente, acabariam por deixar transparente o fracasso de uma longa estratégia de extroversão financeira da economia. (Tavares e Assis, op. cit., p. 81)

A diplomacia do dólar forte, restabelecida pela virada na política econômica do Federal Reserve para salvaguardar os grandes bancos estadunidenses, reimplantou o dólar como moeda internacional hegemônica, mesmo que ao custo de um triênio recessivo nos próprios Estados Unidos, fragilizando seus bancos menores e parte de sua estrutura industrial, bem como na economia mundial. Depreendia-se, como lição de economia política internacional, a posição de superioridade a que se havia alçado o capital financeiro.

Para o Brasil, essa retomada da hegemonia do dólar significou um rompimento do sistema internacional de crédito tal como operava e no qual se alicerçava a “financeiramente extrovertida” política econômica do regime autoritário. Alicerçada, na verdade, na crença de que os fluxos de crédito “barato” não se interromperiam, para o bem do financiamento do desenvolvimento nacional. “Em vez disso, o que se verificou foi a perda completa da autonomia da política econômica e a *dolarização* do sistema financeiro privado e do sistema de empresas públicas, que

terminaram por conduzir o País ao atual encilhamento financeiro, externo e interno” (Tavares e Assis, op.cit., p. 89; *itálico no original*)⁵.

4. Considerações finais: a fugaz esperança na política econômica novo-republicana

Para a Professora, o desafio que então se apresentava em meados da década de 1980, quando começavam a soprar os ventos da redemocratização, aqui e em outras partes do Cone Sul, era o de fixar “uma nova concepção de economia política” que orientasse governos e principiante formuladores de política econômica a contrapor-se, programaticamente, à posição prevalecente durante o regime autoritário: posição que era, em seus fundamentos, acomodatória da instabilidade do capitalismo estadunidense, expandido sobretudo pelos interesses bancários.

A democratização pressupõe que uma nova economia política tenha por eixo a incorporação dos interesses objetivos da maioria da sociedade brasileira, e que a política econômica seja reconhecida com sua realização prática... o que se pode pedir aos governos recém-democratizados da América Latina, e em especial ao governo da Nova República, é que assumam a responsabilidade inalienável de enfrentar a crise social interna, e que deixem ao bloco das nações industriais e à potência hegemônica o cuidado com a saúde financeira de seus bancos. (Tavares e Assis, op. cit., p. 104)

Com efeito, urgia promover medidas que contivessem, senão mais a punção externa, mas o dreno interno e gerador de pobreza advindo de uma economia disfuncional como a brasileira, que se encontrava sem condições de financiar gastos públicos e investimentos – estes apresentariam uma variação negativa de 36% entre 1980 e 1984, a maior queda entre as despesas da União (Carneiro, op. cit., p. 186) – e aprisionada pela brasileiríssima correção monetária. Esta “solução”, adotada para proteger as receitas tributárias do efeito Tanzi, se transformara como recurso para a defesa dos valores reais dos ativos financeiros e dos fluxos de renda. Ou seja, **dos detentores** daqueles ativos! Com a aceleração inflacionária verificada no início da década de 1980, ficava evidente a perversidade distributiva da “ciranda financeira”.

Superados os impasses e as permanências ortodoxas iniciais, assume em meados de 1985 uma equipe econômica fortemente “peemedebista”, que parecia professar os princípios daquela

⁵ A perda de autonomia implicava um alinhamento com a posição do balanço de pagamentos da economia hegemônica, para a qual a economia brasileira era forçada a trabalhar, junto com as demais economias nacionais. É o ajuste monetário do balanço de pagamentos em processo: “se a economia hegemônica aumenta o seu déficit fiscal, o resto do mundo (...) deve produzir um superávit fiscal; se os Estados Unidos ampliam o seu já gigantesco déficit comercial, o resto do mundo deve realizar um superávit comercial compensatório. Só assim é possível garantir o equilíbrio financeiro global, na moeda da economia hegemônica, que se permite ser simultaneamente o emissor da maior dívida pública do planeta, e que promete manter-se nessa direção por motivos estratégicos e políticos” (Tavares e Assis, op. cit., p. 102-103).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

aguardada nova concepção de economia política, integrada por economistas acadêmicos da Unicamp e da PUC-Rio. “Quebrava-se dessa forma a hegemonia quase absoluta do pensamento ortodoxo no comando da economia brasileira, detida por egressos de dois santuários liberais-conservadores, a Fundação Getúlio Vargas do Rio e a USP do ex-professor Delfim Neto [sic]” (Tavares e Assis, op. cit., p. 109).

Partiria dessa equipe de notáveis (muitos deles colegas e/ou ex-alunos de Conceição Tavares) o programa de reordenamento da estrutura institucional do sistema financeiro nacional, pela qual se reforçava o papel do Banco Central na administração da liquidez da economia. Esse reordenamento foi essencial, como se sabe, para controlar a emissão monetária e o crédito quando da introdução, em fevereiro de 1986, de novo padrão monetário, o cruzado, que daria o nome de certo plano de estabilização, em cujas medidas se confiariam tantas esperanças de êxito como as depositadas na democratização mesma. Sabem-se dos rumos do Plano Cruzado, que afundaria junto com a década de 1980⁶ – inobstante os logros advindos do reordenamento financeiro e a tentativa bem planejada de recolocar a economia brasileira em condições de retomada do crescimento, num cenário menos expropriador da renda do trabalho e da produção que adviria da repressão das expectativas de aceleração inflacionária.

A própria Professora expressaria uma confiança talvez demasiada (e não tão embasada) no devir econômico do Plano. Seria sua ardorosa defensora, bem ao seu estilo, na grande mídia, Brasil afora, ao longo dos primeiros meses de sua implementação. Em linguagem compreensível a um grande público televisivo que aprenderia a admirar “a economista que chorou ao vivo”, naqueles dias parecia transmitir uma certa crença nas potencialidades distributivas e também conciliadoras de classe do Plano, em contradição com os eixos marxista e kaleckiano, fundamentais em sua formação. Por outro lado, essa perspectiva de conciliação de classes está presente em seu “mestre vivo”, Celso Furtado.

Em trabalhos escritos sob o entusiasmo e o calor das transformações, presenciando tantos dos seus colegas e alunos mais diletos republicanamente imbuídos do desenho e implementação de reformas econômicas inclusivas⁷, evocaria um suposto paralelo entre a instituição do Cruzado I e a Proclamação da Independência: “É um ato político acabado. O cruzado representa a introdução de uma nova linguagem das relações econômicas e sociais no Brasil, depurada da perversão a que se submetera o idioma anterior” (Tavares e Assis, op. cit., p. 122; *italico nosso*). Conceição Tavares

⁶ A Nova República, surgida da democratização, teria existência bem mais prolongada, findando em 2016.

⁷ A própria Conceição Tavares teria participação nesse processo, como “conselheira econômica” de Ulysses Guimarães (Melo, 2019).

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

compartilhava com diversos analistas econômicos (talvez superando muitos deles em otimismo) a expectativa de que Plano Cruzado, tendo superado os desafios iniciais de implementação, se converteria em marco decisivo “da possível virada histórica que pode *e deve* ocorrer em forma definitiva ao longo dos próximos anos” (Tavares, 1986, p. 11; *italico nosso*). A “virada histórica” não viria, contrariando o seu prognóstico.

É significativo que um dos seus artigos inaugurais dos anos 1990 se intitule (e aborde a questão da) “Economia e felicidade”, saído em julho de 1991 na revista *Novos Estudos*, como ampliação do ensaio homônimo apresentado em um seminário em São Paulo, em 1988. “O título foi mantido porque, na opinião da autora, agradaria a Raúl Prebisch (a quem o ensaio é dedicado), que tanto lutou para que os dois termos fossem compatíveis” (Tavares, 1991, p. 63). Como tantos de seus artigos anteriores, este igualmente brinda os leitores da Professora com os seus atributos sempre celebrados: a erudição e a atualização – particularmente neste artigo, em questões de economia política internacional, na qual se aprofundava como analista; e na anunciada ou finalmente percebida crise do mundo do trabalho. Contudo, esse artigo também trata da “dissolução histórica e teórica da economia política” (p. 66) e da “relação negativa entre economia e felicidade” (p. 70). Parece evidenciar uma certa purga intelectual desse virtual fenômeno cultural que foi o desalento dos egressos dos perdidos anos 1980, expressa na constatação daquela ruptura histórica, que aprisionaria o debate econômico ao reducionismo mainstream:

Os economistas viram o caráter progressivamente mais grave das crises capitalistas, viram que ocorria a separação das ‘órbitas’ da produção, da circulação dos bens e do dinheiro, viram em suas vidas explodir o ‘sol’ pelo menos uma vez, mas continuam aferrados a sua física newtoniana (...). Na década de 1980, frente à crise financeira e de gestão dos Estados nacionais, o pensamento conservador abraça com entusiasmo a consigna da desregulação, enquanto o pensamento “progressista” discute com afincos a teoria da regulação do capitalismo. Até “nova ordem”, parece melhor entregar o cuidado da “felicidade humana” aos psicólogos e aos políticos profissionais, os quais, pelo menos, estão sempre inventando novas terapias e não recomendam obsessivamente a “abstinência” e o trabalho a povos que morrem de fome e não têm emprego. (Tavares, 1991, p. 66).

Maria da Conceição Tavares no melhor de sua forma – ou a forma de sempre, o pasmo militante de sempre, forjado na militância comunista em Portugal nos anos 1940 e 1950 e reforjado, no Brasil, pelo desenvolvimentismo de meados dos anos 1950 e nos anos 1960 –, que sem embargo seguiria combativa diante dos desafios dos anos 1990, formando economistas críticos e se afirmando como a mais importante, entre eles, no Brasil e na América Latina, com assento privilegiado entre os grandes economistas heterodoxos do século XX.

Referências

- ANDRADE, Rogerio Pereira de; SILVA, Renata Carvalho. Uma mestra na periferia do capitalismo: a economia política de Maria da Conceição Tavares. Campinas: Texto para Discussão do IE-Unicamp n. 172, dez. 2009.
- BARBOSA, Camila Nadedja Teixeira; BARBOSA, Glaudionor G. Ajuste recessivo, “Milagre Econômico” e crise dos anos setenta: o fim de um ciclo de acumulação da economia brasileira. In: XVI Encontro Estadual de História – Poder, memória e resistência: 50 anos do golpe de 1964. Campina Grande. Anais Eletrônicos do XVI Encontro Estadual de História - ANPUH – PB. 25 a 29 de agosto de 2014. p. 092-103. Disponível em <http://www.ufpb.br/evento/index.php/anpuhpb/XVI/paper/view/2436/493>. Acesso em: 10 de maio de 2021.
- BIELSCHOWSKY, Ricardo. Maria da Conceição Tavares. *Revista de Economia Contemporânea*, v. 14, n. 1, p. 193-200, jan./abr. 2010.
- BRASIL. II Plano nacional de desenvolvimento – II PND: Lei n.º 6.151, de 4 de dezembro de 1974. DOU de 6 de dezembro de 1974, 149 p.
- CARNEIRO, Ricardo. *Desenvolvimento em crise: a economia brasileira no último quarto do século XX*. São Paulo: Ed. Unesp: IE-Unicamp, 2002.
- CASTRO, Antônio Barros de; SOUZA, Francisco Eduardo Pires de. *A economia brasileira em marcha forçada*. Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1985.
- COSTA, Fernando Nogueira. Introdução. In: MELO, Hildete Pereira de (org.). *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular: Centro Internacional Celso Furtado, 2019, p. 13-41.
- FURTADO, Celso. *Correspondência intelectual: 1949-2004*. São Paulo: Companhia das Letras, 2021.
- GASPARI, Elio. *A ditadura acabada*. Rio de Janeiro: Intrínseca, 2016.
- MELO, Hildete Pereira; COSTA, Gloria Maria Moraes. Itinerários – Maria da Conceição de Almeida Tavares. In: MELO, Hildete Pereira de (org.). *Maria da Conceição Tavares: vida, ideias, teorias e políticas*. São Paulo: Fundação Perseu Abramo: Expressão Popular: Centro Internacional Celso Furtado, 2019, p. 43-58.
- ROBILLOTI, Paulo César das Neves Sanna. O desenvolvimento capitalista na obra de Maria da Conceição Tavares: influências teóricas, economia política e pensamento econômico. Dissertação de Mestrado. Campinas, SP: IE-Unicamp, 2016.
- SIMONSEN, Mário H. O Brasil e os desafios internacionais. *Digesto Econômico*, São Paulo, n.239, p.7-16, set-out 1974.
- _____. O Brasil e os investimentos estrangeiros. *Digesto Econômico*, São Paulo, v.32, n.243, p.17-24, mai-jun 1975.

MUNDO E DESENVOLVIMENTO

Revista do Instituto de Estudos Econômicos e Internacionais

SINGER, Paul. A evolução da economia brasileira: 1955-1975. *Estudos Cebrap*, São Paulo, n.17, p.61-83, jul-set, 1976.

TAVARES, Maria da Conceição. Prefácio. In: CARNEIRO, Ricardo (org.). *Política econômica da Nova República*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____. Economia e felicidade. *Novos Estudos*, N° 30 – jul. 1991, p. 63-75.

_____. (1974). *Acumulação de capital e industrialização no Brasil*. Campinas, SP: IE-Unicamp, 1998a.

_____. (1978). *Ciclo e crise: o movimento recente da industrialização brasileira*. Campinas, SP: IE-Unicamp, 1998b.

_____. A arrancada da economia brasileira em tempos de crise. In: *Memórias do desenvolvimento – Ano 1, n.1* (2007). Rio de Janeiro: Centro Internacional Celso Furtado de Políticas para o Desenvolvimento, 2007. p. 159-177.

_____. (1979). O sistema financeiro brasileiro e o ciclo de expansão recente. In: PRADO, Luiz Carlos Delorme (org.). *Desenvolvimento econômico e crise: ensaios em comemoração aos 80 anos de Maria da Conceição Tavares*. Rio de Janeiro: Contraponto: Centro Internacional Celso Furtado, 2012, p. 247-280.

TAVARES, Maria da Conceição; ASSIS, José Carlos de. *O grande salto para o caos: a economia política do regime autoritário*. 2. ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 1986.

_____; BELLUZZO, L. G. Uma reflexão sobre a natureza da inflação contemporânea. In: REGO, José Márcio (org.). *Inflação inercial: teorias sobre inflação e o Plano Cruzado*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1986.

_____; SERRA, José. Más allá del estancamiento: una discusión sobre el estilo del desarrollo reciente del Brasil. *El Trimestre Económico*, v. 152, nov.-dez. 1971.

_____; SOUZA, Paulo Renato C. Empregos e salários na indústria. *Revista de Economia Política*, n.1,1981.